

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

07 a 10 de Dezembro 2009  
Centro de Convenções do Ceará  
Fortaleza

Iracema Guardiã

Trabalho 3176 - 1/4

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO AMBIENTE DE PROTEÇÃO PARA ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: TEORIA OU PRÁTICA?

Carlos, Diene Monique<sup>1</sup>

Ferriani, Maria das Graças Carvalho<sup>2</sup>

Silva, Marta Angélica Iossi<sup>3</sup>

Leite, Jéssica Totti<sup>4</sup>

Martins, Camilla Sóccio<sup>5</sup>

A adolescência constitui um período da vida onde, em maior intensidade que em outros, se manifesta a interação entre os aspectos individuais, biológicos, sociais e os conhecimentos e valores construídos ao longo das experiências de vida, além de um potencial para o desenvolvimento de novas habilidades, competências e oportunidades que se configuram no conjunto de características que dão unidade ao fenômeno da adolescência. Apesar da mudança verificada no âmbito legal, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e o conseqüente reconhecimento dos direitos sociais desta parcela da população, têm-se como contraponto a potencialização da problemática de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, nos centros urbanos e no interior de seus lares, sendo as instituições especializadas chamadas a um reordenamento para adequá-las à nova proposta de atenção integral à criança e ao adolescente. Embasados em nossa experiência, consideramos que a família é o principal mecanismo de proteção que uma criança ou adolescente pode receber; entretanto, quando esta se mostra incapaz de exercer este papel, e como medida extrema estes sujeitos são retirados do convívio familiar e institucionalizados, o Estado e a sociedade se colocam como recursos importantes para efetivarem esta proteção em nível integral. Desta

<sup>1</sup> Enfermeira, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – EERP/USP. E-mail: [diene\\_enf@yahoo.com.br](mailto:diene_enf@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Enfermeira, Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública da EERP/USP.

<sup>3</sup> Enfermeira, Professora Doutora do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública da EERP/USP.

<sup>4</sup> Enfermeira, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública da EERP/USP.

<sup>5</sup> Enfermeira, Doutora em Saúde Pública pelo Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem pela EE/EERP-USP.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009  
Centro de Convenções do Ceará  
Fortaleza

Iracema Gardã

**Trabalho 3176 - 2/4**

forma, buscamos com este estudo conhecer e descrever os fatores de proteção oferecidos por uma instituição especializada no atendimento de adolescentes em situação de risco, sob o olhar destes adolescentes. Pesquisa de cunho qualitativo, sendo a coleta de dados realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas e a análise de dados a partir do método de análise de conteúdo. Este estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo em 16 de fevereiro de 2005, e os adolescentes e seus responsáveis firmaram sua participação através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após a análise do material coletado, percebemos nas falas dos adolescentes entrevistados que, muitas das ações teoricamente oferecidas pela instituição, não oferecem um acesso eficiente na prática. Apesar da participação em grupos com psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais, e de conversas individuais principalmente quando chegam ao abrigo, percebemos que os adolescentes trazem novas demandas freqüentes que acabam não sendo avaliadas e supridas pelos profissionais. Os adolescentes também relatam dificuldades em ter informações sobre os familiares; se queixam por serem retirados repentinamente das escolas e outros grupos de sua comunidade com os quais estavam acostumados, gerando um novo rompimento de vínculos afetivos; dificuldade no acolhimento quando chegam à unidade; e têm extrema necessidade para que se estabeleça uma escuta mais efetiva sobre seus problemas. Percebemos que alguns profissionais do abrigo, que não estão capacitados ou que não lidam diretamente com os adolescentes, como faxineiras, cozinheiras, porteiros, acabam tendo maior proximidade e sendo mais acolhedores. Salientamos que o ECA, como princípio a ser cumprido, estabelece que deve ser considerado, desde a inserção da criança e do adolescente na instituição até sua saída ao completar 18 anos, a preparação para o seu desligamento, ou seja, trabalhar com a promoção de garantias de direitos tais como a escolarização, emprego e a manutenção de algum tipo de vínculo externo à instituição, parental ou não. Infelizmente, os princípios estabelecidos pela legislação nem sempre são seguidos e, o que vários estudos sobre o tema têm demonstrado e vemos na prática cotidiana, é a negação da violência produzida socialmente por parte das instituições, deixando de proporcionar espaço de crescimento e desenvolvimento

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009  
Centro de Convenções do Ceará  
Fortaleza

Iracema Guardiã

**Trabalho 3176 - 3/4**

integrais de crianças e adolescentes. O abandono afetivo e emocional é focado como o principal problema que acompanha essas crianças e adolescentes sob a responsabilidade do Estado. As instituições geralmente recebem estes sujeitos de diferentes organizações familiares, e os colocam em grandes pavilhões como se fossem todos iguais, ignorando sua história de vida e diferenças individuais, e não atendendo, na maioria das vezes, suas necessidades básicas. Vários autores apontam para o fracasso desse modelo institucional e a necessidade de criação de soluções alternativas para essa problemática, dado que estas instituições aniquilam a identidade, estigmatizam e excluem. O reordenamento institucional se constitui em um novo paradigma na política social que deve ser incorporado por toda a rede de atendimento do país. Reordenar o atendimento significa reorientar as redes públicas e privadas que historicamente praticaram o regime de abrigo, para se alinharem à mudança de paradigma proposto. Esse novo paradigma elege a família como unidade básica da ação social e não mais concebe a criança e o adolescente isolados e/ou excluídos do seu contexto social e familiar. Entendemos que conhecer um pouco mais sobre os fatores de proteção realmente efetivos oferecidos a crianças e adolescentes institucionalizados nos permitirão promover uma melhor qualidade de vida e de saúde, principalmente considerando este conceito no seu sentido ampliado – resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde.

**Bibliografia:**

1. ASSIS, G.G.; PESCE, R.P.; AVANCI, J.Q. Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.
2. BRASIL. MJ. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Atualizado em novembro de 2003, em conformidade com a Lei nº 10.764, de 12 de novembro de 2003, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/eca.htm>. Acessado em 14 de maio de 2009.
3. MINAYO MCS, organizadora. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis (RJ): Vozes; 2007

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

07 a 10 de Dezembro 2009  
Centro de Convenções do Ceará  
Fortaleza



**Trabalho 3176 - 4/4**

4. BARDIN L. Análise de conteúdo. Tradução de Luis Antonio Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70; 1977.
5. MARTINS, C. S. A institucionalização de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: o cuidar na visão das instituições e das famílias envolvidas. 2009. 185 p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.  
Descritores: Adolescente. Violência doméstica. Institucionalização. Proteção.